

Discussões acerca de turismo e desenvolvimento: um estudo em uma comunidade litorânea do Rio Grande do Norte (RN)

Esdras Matheus Matias¹

Aline Vieira de Carvalho²

Cristina Fachini³

RESUMO

O desenvolvimento econômico com certa frequência é proclamado como solução para localidades que investem no turismo. O turismo por sua vez, busca um equilíbrio de suas ações pautado na égide da sustentabilidade. O paradoxo está formado, como um novelo de interrelações que produzem impactos, crescimento falseado e uma complexidade de conflitos. O município objeto de estudo se localiza na mesorregião leste potiguar e tem se projetado internacionalmente devido aos ventos fortes da região, que possibilitam a prática de esportes de vela. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas entre os anos de 2014 e 2016, paralelas a um trabalho de observação participante que ocorreu em seis imersões de campo em períodos diversos. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados através de uma amostragem não probabilística bola de neve. Os resultados demonstram o discurso desenvolvimentista impregnado nas falas dos atores, sempre associados às benesses do turismo. Embora haja uma resistência à massificação, a comunidade tornou-se refém da atividade turística, que paulatinamente mina outras possibilidades de desenvolvimento centradas nos saberes locais.

Palavras-Chave: Turismo; desenvolvimento local; comunidade litorânea; Rio Grande do Norte

¹ Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando do Programa Ambiente & Sociedade do Núcleo de Estudos Ambientais (Nepam) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integrante do LIPAC/Nepam - UNICAMP. Participante do Grupo de Pesquisa em Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural (IG/UNICAMP). E-mail: esdrasmatheus@yahoo.com.br
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4227478J1>

² Historiadora, mestre em História (Unicamp/2005) e doutora em Ambiente & Sociedade (2009). Professora e pesquisadora plena dos programas de pós-graduação em História (IFCH/Unicamp) e em Ambiente & Sociedade (Nepam/Unicamp). Coordenadora do Nepam e do Laboratório Interdisciplinar em Patrimônio, Ambiente e Comunidades (LIPAC/Nepam). E-mail: alinenepam@gmail.com
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4776229Y7>

³ Pesquisadora Científica nível V do Polo Regional Sudoeste Paulista do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento - DDD/APTA/SAA. Doutoranda pelo programa de Ambiente & Sociedade do NEPAM - UNICAMP. Graduada em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (2001) e mestrado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (2005). E-mail: mistina80@gmail.com
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4765713U4>

1. Introdução

O turismo é uma atividade sazonal, presentista (HARTOG, 2013) flutuante, influenciada por inúmeras variáveis dentro de uma amplitude de contextos (político, territorial, social, demográfico, ambiental). Caracteriza-se também como uma atividade sistêmica que agrega diversos setores da economia e uma complexidade de envolvidos, desde moradores, empresariado, governo e visitantes, baseado no tripé governo-comunidade-empresariado, que deveriam compreender os custos, benefícios, impactos e investimentos da atividade em uma localidade.

Nessa perspectiva, os estudos científicos sobre desenvolvimento econômico, comunidades e meio ambiente são determinantes para compreender as facetas de uma atividade ainda em processo de construção e consolidação de conceitos, de muitas interfaces de investigação, do homem como centro de análise de uma sociedade (NECHAR e PANOSSO NETTO, 2010).

Há uma difusão generalizada do turismo como uma atividade redentora, que incrementa diversos setores da economia, sendo capaz de promover um desenvolvimento pautado no consumo de serviços. Porém, a práxis tem mostrado a dificuldade de associar desenvolvimento com turismo, visto que a atividade pode proporcionar uma comercialização de destino, restrições de território, interferências culturais, pactos narrativos e por vezes um crescimento econômico falseado para as localidades.

Comunidades rurais e costeiras, que tem uma economia de subsistência, são alvos comuns de grandes corporações e de um turismo invasivo. Nas rurais, as grandes empresas se instalam e usurpam o território, modificando sua dinâmica e sepultando sua história. Nas costeiras, ora grandes resorts se apropriam do território com seus megaempreendimentos ou a própria atividade reestabelece os padrões de consumo, cultura e comportamento. Em ambos os contextos é comum a pouca habilidade do poder público em lidar com essas intervenções, uma ausência do posicionamento das comunidades nas decisões sobre a cidade e uma supervalorização do capital da iniciativa privada.

Tendo em vista que partimos de uma proposta acadêmica, científica, iniciamos um diálogo com referências teóricas que se posicionam a favor dessa composição múltipla, e que de certa forma compõe uma nova epistemologia do hemisfério sul. Nesse sentido este artigo se pauta em uma crítica às políticas de desenvolvimento econômico voltadas para o turismo em detrimento da construção múltipla, coletiva e dinâmica de saberes locais, e apresenta um caso brasileiro de resistência ao turismo massificado e colonialista que tem se ampliado no Brasil.

2. Desenvolvimento local e turismo

Tanto o desenvolvimento quanto o planejamento requerem uma mobilização de recursos endógenos (SACHS, 2004). Naturalmente entre o processo de mercantilização dos destinos pelos órgãos públicos, planejamento participativo e desenvolvimento local, existe um grande distanciamento. O crescimento evocado pelo turismo salvador não condiz com um desenvolvimento em pleno sentido. De acordo com o posicionamento de Sachs (2004), as dimensões de exclusão, confinamento às atividades informais e de subsistência e a fraca participação política, tornam o desenvolvimento uma odisséia.

Indiscutivelmente algumas localidades e seus autóctones veem no turismo uma solução econômica e um agente de desenvolvimento. Porém a realidade mostra que a superexploração comercial dos lugares e a massificação dos visitantes gera mais desequilíbrios do que benesses. O que de fato ocorre é um apelo midiático que fermenta as cidades, num crescimento por vezes descontrolado, inclusive de rendimentos temporários, maximização dos lucros, que dão um falso sentido de bem estar e qualidade de vida (ZAOUAL, 2008). Abramovay (2012, p.45) corrobora com essa afirmação ao expressar que “desenvolvimento não consiste somente na disposição de bens materiais e serviços”, vai além disso, envolve oportunidades de ensino, bom nível educacional, erradicação das pobreza, minimização da violência e possibilidades de acesso a saúde. Como afirma o economista marroquino Hassan Zaoual, estudioso e crítico do determinismo econômico, “Todo o contexto da pessoa deve ser tomado em consideração, em particular sua capacidade de ser livre, de mudar, de agir sobre a situação, de participar da vida social” (ZAOUAL, 2008, p. 72).

A periculosidade da fachada do turismo como agente de desenvolvimento é tratar a atividade baseada em índices de desenvolvimento que não abordam a universalidade da questão. Cidades boas para se visitar devem ser melhores para quem as habita e isso requer soluções de ordem estrutural, social e ambiental, em longo prazo, frutos de políticas públicas e participação popular. “O crescimento, embora necessário, não é em absoluto condição suficiente para o desenvolvimento” (SACHS, 1986, p.71).

Há uma tendência de visualizar o turismo como uma “indústria da salvação”, que resgatará localidades de seu ostracismo e/ou estagnação. Outra questão é a mercantilização dos destinos de forma equivocada, proclamando um tipo de turismo danoso e de massa, que não trará nenhum tipo de benefício aos municípios, distritos, vilas, cidades, países ou comunidades. Quando o viés econômico se projeta mais forte do que o viés social, cultural ou ambiental, os lugares padecem. Outro duelo acontece entre as comunidades que recebem o turismo e as discrepâncias de investimentos em superestrutura (própria do turismo) e a falta de infraestrutura (pertencente ao local). Inevitavelmente corre o risco da

não aceitação do turismo nessas comunidades litorâneas e de impactos de todas as ordens, muitas vezes irreversíveis, de longo prazo e a saturação do destino. “Quanto mais se desenvolve uma região qualquer sem levar em conta seu sítio simbólico, no sentido de seu percurso e suas crenças, mais ela se subdesenvolve” (ZAOUAL, 2006, p.125).

O que propõe o economista indiano Amartya Sen (2000) é a ideia do desenvolvimento centrado na liberdade, do desenvolvimento das liberdades substantivas e a extensão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. “Essas liberdades são parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p.53). Sen (2000) considera essas liberdades instrumentais agrupadas em: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora. O conjunto de liberdades, segundo o autor, possibilita aos indivíduos esclarecimentos, poder de decisão, participação e escolhas.

O turismo pode possibilitar um dos alicerces desse desenvolvimento, mas não sua plenitude. O desenvolvimento requer intervenções políticas de longo prazo. O turismo (pelo seu caráter sazonal temporal) não cria condições definitivas para um desenvolvimento sistêmico. No entanto, propostas delineadas por Sen (2000) surgem como alternativa a um desenvolvimento turístico.

Essa configuração pode trazer uma percepção da qualidade de vida atribuída às transformações físicas do lugar, mas a complexidade do seu entendimento vai além, abrange aspectos de subjetividade, multidimensionalidade, bipolaridade e mutuabilidade (SOARES, 2011).

O desenvolvimento pode ser considerado um processo feroz ou como um processo de expansão das liberdades reais. O fundamento da abordagem apresentada pelo economista indiano Amartya Sen (2000) é que “essas liberdades são parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p.53).

Inevitavelmente o turismo recai como uma atividade baseada nas visões mais estreitas do desenvolvimento (SEN, 2000), centradas em índices econômicos, volume de entradas de divisas e circulação de moedas. Quando os autóctones não são incluídos nesse processo de desenvolvimento, priva os sujeitos dessas liberdades humanas. O turismo frequentemente é visto como um setor que proporciona finalidades econômicas, benesses sazonais, utilizando “recursos como propósitos de consumo, produção ou troca” (SEN, 2000, p.55).

3. Desenvolvimento, sustentabilidade e turismo

“Desde 1987, um imenso processo de legitimação e institucionalização normativa da expressão desenvolvimento sustentável começou a se firmar” (VEIGA, 2010, p.113). O turismo não passou incólume da discussão de sustentabilidade e após o Relatório Brundtland nos meados dos anos 1990, várias tipologias de turismo voltadas para prática ambientais ganharam espaço entre seus praticantes. O imperativo do turismo sustentável expandiu-se depois do “Nosso Futuro Comum” e um estímulo significativo para preservar o patrimônio humano, manter ou ampliar a biodiversidade, manutenção de recursos renováveis, equidade social, negócios economicamente viáveis, benefícios à comunidade, se fortaleceram como valores e princípios de um turismo sustentável (HALL, 2001).

A dimensão da sustentabilidade do turismo é uma tentativa de minimizar o impacto dessa atividade na usabilidade dos recursos finitos, garantindo às gerações futuras o atendimento de suas necessidades e sem comprometer o patrimônio natural e cultural. Para Branwell e Lane (1993) “O turismo sustentável é uma abordagem destinada a reduzir as tensões e atritos criados pelas interações complexas entre a indústria do turismo, os visitantes, o meio ambiente e as comunidades que são hospedeiras de turistas”. Esse conceito de turismo sustentável traduz a complexidade de uma área suscetível a diversos conflitos de ordem econômica, social e ambiental e se expressa através da assertiva do professor e economista José Eli da Veiga, de que “a conciliação entre crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada” (VEIGA, 2010, p.113).

O papel do turismo sustentável está intimamente associado à minimização dos impactos ambientais, qualidade de vida, harmonia entre visitante e comunidade, incorporação da comunidade no processo de planejamento do turismo, conservação da biodiversidade e trabalho contínuo e conjunto das autoridades locais, indústria turística e os agentes ambientais (BURNS e HOLDEN, 1997). Como o turismo é um setor que se utiliza do patrimônio natural para se concretizar como atividade e envolve uma complexa rede de interrelações, os conflitos gerados são inevitáveis.

Os impactos sociais, ambientais e econômicos do turismo (tanto positivos como negativos) destacados por Kim, Uysal e Sirgy (2013) foram enumerados como: incremento em investimentos, uso e ocupação da terra, deteriorização da cultura local, entorpecentes, tráfego intenso de veículos, oportunidades de interação social, dentre outros. “Apesar disso, o turismo ainda é uma indústria relativamente limpa, com menos problemas de poluição se comparado com outros tipos de indústria” (KIM, et al, 2013, p.528).

Existe de fato, “o perigo e a tendência de uma exploração excessiva dos recursos naturais e a utilização da natureza como fonte de recursos e como recipiente de rejeitos” (ALTVATER, 1995, p.38). O crescimento desenfreado do turismo e erros provenientes da falta de planejamento são nocivos à ideia de sustentabilidade. Altvater (1995) destaca ainda que “o desenvolvimento é expansivo do ponto de vista quantitativo, mas os recursos

naturais de onde as estratégias de desenvolvimento se nutrem são limitados”. O consumo desenfreado dos lugares, da paisagem, desterritorialização, a sobrecarga de visitantes, especulação imobiliária, torna o turismo tão agravante como qualquer outra atividade produtiva. Grandes fluxos de viajantes trazem benefícios temporários de ordem econômica para as cidades, bem como impactos econômicos negativos muitas vezes irreversíveis.

A assertiva de Altvater (1995, p.26) de que “desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: Atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social” também se aplica ao turismo. Para Lindberg e Hawkins (1999) a perturbação dos processos ecológicos, a vulnerabilidade das espécies e habitats, poluição, lixo e outros problemas decorrentes do uso do meio ambiente como fonte de recurso, precisam de maior compreensão pelos estudos em turismo. Na opinião do economista polonês Ignacy Sachs (2009, p. 70) “A conservação da biodiversidade é condição necessária para o desenvolvimento sustentável”.

O economista norte americano Richard Nogaard (1994) critica o uso do termo desenvolvimento sustentável, alegando que a sociedade – segundo a definição do termo – pode usar os recursos ao máximo possível, portanto que permita esse uso também pelas sociedades vindouras. Talvez um dos maiores dilemas de ser sustentável seja uma indicação de como esse desenvolvimento sustentável pode ser alcançado (NOGAARD, 1994). Na atividade turística existem algumas propostas da aplicabilidade do termo, propondo um turismo de base comunitária, de planejamento participativo dos atores sociais e menos interferência sobre o modo de vida das comunidades (BARTHOLO, DELAMARO e BADIN, 2005). Varine (2012, p.28) ressalta que “o desenvolvimento local acrescenta valor ao capital patrimonial” e essa valorização do espaço, da cultura, das tradições, do ambiente, aproxima-se de uma definição do termo sustentável.

No entanto, não podemos nos furtar da extrema complexidade do turismo como área de estudo e sua relação intrínseca com as questões econômicas e ambientais. A discussão da sustentabilidade no turismo envolve mudanças de padrões e valores que é muitas vezes incompatível com as políticas públicas e as ações mercadológicas dos destinos. “Embora o debate ambiental focalize os danos (prejuízos) do desenvolvimento econômico, também se podem observar benefícios” (TRIBE, 2003, p.384). Através do agroturismo, do turismo em áreas rurais, do ecoturismo e outras modalidades, lugarejos e comunidades tem se erguido com produções locais, gastronomia e artesanato. A renda provinda dos turistas ajudam na preservação de locais patrimoniais, restauração e conservação (TRIBE, 2003).

Ademais, criar condições para a sustentabilidade do turismo requer investimentos, planejamento e comprometimento. Como afirma Seabra (2007, p.173) “O grande desafio ,hoje, para todos os atores sociais envolvidos nas diferentes modalidades turísticas e o de

realizar o salto que transforma as ideais do turismo sustentável em estratégias sustentáveis concretas”.

4. Procedimentos metodológicos

A pesquisa é fruto de um trabalho de doutoramento de um programa interdisciplinar em ambiente e sociedade. O município de São Miguel do Gostoso se localiza na mesorregião leste potiguar, microrregião do litoral nordeste, no Polo Costa das Dunas e distância de 100 km da capital do Estado. A localidade tem se projetado internacionalmente devido aos ventos fortes da região, que possibilitam a prática de esportes de vela.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram entre os anos de 2013 e 2016, paralelas a um trabalho de observação participante que ocorreu em seis imersões de campo em períodos diversos, totalizando quase sessenta dias. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados através de uma amostragem não probabilística bola de neve (MALHOTRA, 2012). Partiu-se de um grupo inicial de pessoas que tivessem alguma representatividade na comunidade (moradores mais antigos que fizeram alguma contribuição importante para localidade, representantes de ONG's que lidam com questões relacionadas ao ambiente e/ou desenvolvimento humano, representantes de comitês, conselhos e associações, além de integrantes da esfera pública municipal).

Houve uma participação real na vivência da comunidade e de sua realidade. O pesquisador integrou-se ao grupo com o objetivo de realizar a investigação (GIL, 2014), participando de reuniões dos comitês, associações, sessões da câmara municipal, eventos, feiras e no cotidiano do município, que respaldou boa parte do material coletado. Além disso, um acervo fotográfico com mais de 600 imagens compõem o levantamento de campo.

5. Resultados e discussões

É partilhado entre os entrevistados a relação de bem estar ao poder aquisitivo. Apesar da permanência das empresas de energia eólica na região e sua temporária empregabilidade, a maioria dos entrevistados relacionou o desenvolvimento ao turismo. O turismo na opinião de boa parte dos entrevistados tirou o município do ostracismo e letargia, dando dinamismo e gerando fluxo de pessoas e renda. Nos anos 1980, antes do distrito se emancipar (1993) e antes da chegada do turismo, a cidade era uma vila de pescadores. Para o entrevistado número 35 a cidade era “um povoado de pescador sem perspectivas” e ainda ressalta “Era um povoado de pescador, agricultor e labirinteira”. Segundo um dos entrevistados “São Miguel não voltará a ser uma vila de pescadores” (Depoimento n.30).

O crescimento da atividade turística nos últimos dez anos, reconfigurou a cidade em termos sociais, ambientais, demográficos, culturais e econômicos. A associação do turismo com trabalho e renda é discurso compartilhado aos mais de cinquenta entrevistados. Segundo o entrevistado número 37 “Antigamente não tinha trabalho” e era comum o sistema de troca de produtos fabricados entre os locais. Com pouco comércio, acesso escasso à produtos industrializados e problemas com deslocamento, era natural o escambo (peixe, farinha, frutas e grãos do roçado, principalmente). Para o entrevistado n. 27 “A economia é Deus pra muitas pessoas”. Essa relação de dependência econômica foi plantada pelo Turismo, posteriormente exacerbada pela instalação do parque eólico. Apesar da chegada das quatro empresas de energia eólica na região (Voltália, Serveng, CPFL Renováveis e Copel), o envolvimento da população se deu mais intensamente no processo de instalação. Uma vez em funcionamento, os parques requerem manutenção e mão de obra especializada que não absorve os locais. Apenas dois entrevistados citaram as empresas de energia eólica como motores do crescimento econômico da cidade, todos os outros afirmaram que o turismo é a principal força econômica na atualidade. “Não tem mais como voltar atrás não” (Depoimento n.06).

Segundo depoimento em entrevista (n.22) “O turismo deu uma característica própria à São Miguel do Gostoso” e o crescimento da atividade redirecionou as atividades laborais. “Sem o turismo, a cidade não se mantém. A pesca é fraca e mal equipada...” (Depoimento n.17). A pesca, o artesanato e agricultura, perderam-se espaço para a atividade turística, que movimenta fortemente a economia local. “Junto com o município, as pessoas vão crescendo também” (Depoimento n.14). É notório que houve um maior acesso aos serviços de saúde e educacionais no município nas últimas duas décadas, cada distrito (são 26 ao todo) que compõe a cidade tem um escola municipal e/ou estadual instalada. De acordo com os moradores mais antigos, a falta de estabelecimento de saúde, ausência de escolas e dificuldades de deslocamento, acarretaram muitos óbitos de recém-nascidos e falta de assistência médica. No entanto, hoje, apesar da longevidade e da expectativa de vida mais prolongada, as mortes estão geralmente associadas aos homicídios e acidentes de trânsito, frequente entre pessoas mais jovens.

Por outro lado, atividades mais tradicionais foram perdendo o valor devido ao esforço físico empregado e substituídas pelos serviços turísticos. Para alguns moradores a pesca e o artesanato estão consagrados ao término, porém outros ressaltam que “A pesca não vai acabar, ela se transforma” (Depoimento n. 21) ou “A pesca não vai acabar, tem muito peixe e é tradicional” (Depoimento n. 33).

Como marco temporal, dois fatos são importantes para entender o turismo em São Miguel do Gostoso. O primeiro em 1984, com a instalação da primeira pousada (Pousada do Gostoso). Esse período ainda era uma fase de desbravamento, com dificuldades tanto de acesso como de comunicação. Posteriormente em 2005, com a chegada da primeira guarderia e escola de kite e wind surf, o turismo ganhou a dimensão internacional trazida

pelos fortes ventos. Segundo o entrevistado n.02 quanto ao tipo de turismo se que pratica na cidade ele defende que “É um nicho muito especial (...) um público de esportistas, que não enche o saco, que não vai atrás de vida noturna, que acorda cedo...”. Segundo o mesmo entrevistado, a tecnologia mudou mais as relações do que o próprio turismo, decorrentes de um desenvolvimento social e tecnológico.

Segundo o entrevistado n.17 “O turismo fixou as pessoas aqui”. Assertiva endossada pelo entrevistado n. 19, quanto ao aumento de possibilidades de estudo, empregabilidade e interesse dos locais em permanecer na cidade. Do total de entrevistados, apenas dois afirmaram que deixariam a cidade. São Miguel do Gostoso tem características muito fortes e diferentes do tipo de turismo de outras regiões do próprio Estado. Há uma incidência relativamente considerável de estrangeiros residentes, pouca relevância do turismo de segunda residência, participação e envolvimento dos locais em questões de interesse público, consciência, voluntariado e ações quanto às questões ambientais. Porém, há uma inconsistência quanto ao turismo que desejam e o que se promove. De acordo com um dos entrevistados “Eu acho que a cidade está sendo alugada” e ainda reforça “ Daqui a pouco nossa cidade será composta de gente de fora” (Depoimento n.26).

Figura 01: Casa à venda em São Miguel do Gostoso



Fonte: Pesquisa direta (2016)

Cidades litorâneas são alvos comuns da especulação imobiliária. A chegada dos turistas estrangeiros na cidade na segunda metade dos anos 2000 inflacionou o cotidiano dos moradores e em muitos casos segregou os locais das avenidas principais. Embora esse tipo de invasão tenha acontecido, ainda é menor do que em outras regiões do Estado. A supervalorização dos terrenos à beira mar e na área da Praia do Santo Cristo ocasionou ilhas de moradias e hospedagens diferenciadas. Apesar da resistência, é corriqueiro as placas de

venda de imóveis na cidade. Para o entrevistado n. 03 “Os terrenos de praia não tem preço” e “Os preços subiram muito”. A valorização das terras trouxe a ilusão do dinheiro fácil e muitos se iludiram. Quanto ao alto valor dos imóveis e custo de vida, o entrevistado n. 37 fez a seguinte declaração “O nativo pensa que os nativos são turistas” e finaliza “O povo não conhecia dinheiro, começou a vender”.

Ainda que a cidade tenha se modificado para atender a um turismo de esportes náuticos, há uma força local de nativos e pessoas que se estabeleceram morada na cidade, em preservar aspectos culturais e ambientais do município. Há um trabalho intenso em prol da preservação das tartarugas marinhas, realizado através de uma ONG. Uma campanha e preocupação com o lixo, semente plantada por uma estrangeira suíça nos anos 1980, que morou em São Miguel do Gostoso por vinte anos. Blogs, ONG’s, revistas e eventos culturais, ainda resistem para fortalecer as tradições locais.

Considerações finais

A relação do homem com seu lugar, tanto natural quanto imaterial, é um forte elo cultural que se desfaz quando o planejamento turístico desmerece essas vivências e a história das localidades. O discurso desenvolvimentista sem participação popular recai na armadilha de mercado, interessada em solapar as reais intenções de um turismo pautado na rubrica da sustentabilidade. Contudo, ainda há resistências das comunidades, com suas vozes esquecidas mantendo suas tradições, oralidade e representações. “A realidade econômica é feita, também e antes de tudo, de um enredamento de mercados locais concretos, inseridos em territórios, histórias e memórias” (ZAQUAL, 2008, p.45).

A questão ambiental é também um fator de discórdia, discussão e mobilização no setor de turismo e hospitalidade. A crítica no turismo se fundamenta no uso do espaço e da paisagem como elemento de desenvolvimento. Lugares paradisíacos cedem sua beleza para criação de empreendimentos de grande porte (como hotéis) para aberturas de estradas, privatização de áreas dantes protegidas, em prol de um desenvolvimento turístico com promessas de integração e melhoria de qualidade de vida. Altvater (1995 p.27) esclarece que “os recursos naturais uma vez utilizados no processo de desenvolvimento, não estarão disponíveis uma segunda vez para as estratégias de desenvolvimento”. Mesmo no turismo, pode haver depreciação de áreas naturais, poluição e desperdício.

O turismo também se submete a uma campanha desenvolvimentista que supre expectativas momentâneas das localidades. No entanto, ainda há uma esperança quanto ao uso dos recursos naturais no turismo. Como uma das principais matérias-primas do turismo é o ambiente, isso requer certo grau de preservação para a permanência do seu consumo.

A explanação de Ahn, Lee e Shafer (2002, p.02) evoca resumidamente os conceitos trabalhados na nossa discussão, de “caminhos do desenvolvimento que sejam ambientalmente benéficos e duradouros”. Essa diretriz sintetiza a ideia de um desenvolvimento sustentável do turismo, arraigado na criação de oportunidades sociais que contribuam para a qualidade de vida e expansão das capacidades humanas (SEN, 2000).

Como qualquer outra atividade produtiva, o turismo consome recursos (SINCLAIR e STABLER, 2009) e a sustentabilidade do turismo é um grande desafio face à própria característica que atividade se transformou. Em São Miguel do Gostoso o turismo reascendeu possibilidades da cidade se reinventar, mobilizou a economia local, estimulou a criação de pequenos negócios familiares, mas em contrapartida, segregou, elevou os custos de vida, atraiu investimentos de grande porte e pôs em risco dois dos seus maiores patrimônios: A praia e as tradições locais. A contradição de um desenvolvimento turístico esbarra na degradação ambiental, na capacidade de carga dos lugares, num impeditivo de conciliação. Há uma resistência dos membros da população frente a esse novo colonialismo, mas assim como ervas daninhas, outros indivíduos aproveitam-se do espaço territorial para fomentar um tipo de turismo que agride e não soma aos nativos, nem ao município.

Como afirma Sen (2000, p.71) “os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja o centro do palco”. A participação da população em atividades paralelas ao turismo, como a produção de doces pela cooperativa, articulação das labirinteadas, estruturação da pesca, incentivo à agricultura orgânica e reabertura das casas de farinha, são oportunidades de crescimento equilibrado, que hoje estão esquecidas ou mornas. Quiçá possamos pensar numa perspectiva de um desenvolvimento turístico que adeque as liberdades humanas propostas por Sen (2000), agregando a participação coletiva nas decisões turísticas, governabilidade transparente e oportunidades sociais.

Equilibrar crescimento com sustentabilidade é um grande desafio dessas comunidades. O magnetismo do turismo e de seus rendimentos asfixia costumes e histórias locais, segregadas a um segundo plano. O proclamado desenvolvimento não pode desmerecer as raízes de um povo, seus laços e seus valores. O vento continua a soprar em São Miguel do Gostoso, levando com ele mais do que velas ao mar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Planeta sustentável.
- AHN, Bum Yong; LEE, Bong Koo; SHAFER, C, Scott. (2002). Operationalizing sustainability in regional tourism planning: an application of the limits of acceptable change framework. *Tourism Management* 23. p. 1–15
- ALTVATER, Elmar. (1995). *O preço da riqueza: Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: UNESP.
- BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (Orgs). (2005). *Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ.
- BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard. (1993). Sustainable Tourism: An evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol 1. p. 01-05
- BURNS, Peter M.; HOLDEN, Andrew. Alternative and sustainable tourism development- The way forward. In FRANCE, Lesley (org). (1997). *The earthscan reader in sustainable tourism*. London: ETC UK.
- GIL, Antônio Carlos (2014). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ed. São Paulo: Atlas.
- HALL, Michael C. (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- HARTOG, François. (2013). *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- KIM, Kyungmi; UYSAL, Muzafer; SIRGY, M. Joseph. (2013). How does tourism in a community impact the quality of life of community residents? *Tourism management*. n. 36. p.527-540.
- LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Orgs). (1999). *Ecoturismo: Uma guia para planejamento e gestão*. 2ed. São Paulo: SENAC.
- MALHOTRA, Naresh. (2012). *Pesquisa de marketing: Uma orientação aplicada*. 6ed. Porto Alegre: Bookman.
- NECHAR, Marcelino Castillo; PANOSSO NETO, Alexandre. (2010). *Epistemología del turismo: Estudios críticos*. México: Trilhas.

NOGAARD, Richard B. (1994). *Development betrayed: The end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*. Routledge: London.

SACHS, Ignacy. (1986). *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.

SACHS, Ignacy. (2004). *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

SACHS, Ignacy. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

SEABRA, Lilia. *Turismo sustentável: Planejamento e gestão*. In GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (orgs.) (2007). *A questão ambiental: Diferentes abordagens*. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SEN, Amartya. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras.

SOARES, Cristiane. (2011). *Turismo e Integridade Ambiental: Realidades e conflitos na paisagem litorânea- Estudo de caso*. Rio de Janeiro: SENAC RIO.

SINCLAIR, M. Thea; STABLER, Mike. (2009). *Aspectos econômicos do Turismo*. Brasília: Universidade de Brasília.

TRIBE, John. (2003). *Economia do lazer e do turismo*. 2ed. São Paulo: Manole.

VARINE, Hugues de. (2012). *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz.

VEIGA, José Eli da (2010) *Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.

ZAOUAL, Hassan. (2006). *Nova economia das iniciativas locais: Uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A- COPPE/UFRJ.

ZAOUAL, Hassan. (2008). *Globalização e diversidade cultural*. 2ed. São Paulo: Cortez.